

(vale o que for lido)

DISCURSO DO ESTADO DA NAÇÃO

24 de julho de 2020

I. Uma Nação em luta

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores Deputados,

Somos uma Nação consternada no luto e mobilizada para a luta.

Vivemos um momento único, de sentimentos mistos.

De **choque** pela perda de vidas humanas. De **angústia** com o estado de saúde dos que estão doentes. De

incerteza sobre o futuro de empresas, empregos, rendimentos. De **admiração** por todos os que estão na primeira linha da prevenção e tratamento da COVID-19 ou que asseguram a continuidade de serviços essenciais. De **autoestima coletiva** pela exemplaridade cívica e maturidade democrática como temos sabido responder a este desafio único. De **determinação** em travar um combate férreo à pandemia e à crise económica e social que desencadeou. De **confiança** na capacidade dos portugueses se superarem em todos os momentos de exceção, como o que vivemos.

As minhas primeiras palavras são de consideração para todos aqueles que estão de luto, de solidariedade para os que estão doentes, infetados ou em isolamento profilático e de agradecimento a todos os profissionais que se mantiveram sempre ao serviço para benefício de

todos, com natural destaque aos profissionais de saúde.

É na memória dos que perdemos, mas também na resiliência dos que sofrem, na coragem e dedicação de todos os que enfrentam o risco para que nada nos falte, que todos nos devemos inspirar para prosseguir com energia reforçada a luta que nos cabe travar.

Sim, estamos em luta.

Em luta contra o vírus, para proteger a saúde e a própria vida dos nossos concidadãos, em especial dos mais idosos ou vulneráveis – em nome dos quais não podemos baixar a guarda, nem facilitar no cumprimento das regras e medidas de segurança.

Em luta pela manutenção de postos de trabalho e pela preservação de empresas e negócios que tão afetados foram pelo confinamento e pela retração da procura.

Em luta contra a pobreza e a privação material, para atenuar as desigualdades que a pandemia exponenciou, certos de que não podemos deixar ninguém para trás. A destruição do emprego é um vírus também demolidor, que tem de ser travado. A pobreza é a nossa linha vermelha.

Em luta pela recuperação económica e social do país, que não se pode limitar a responder a um choque conjuntural brutal, mas tem de se ancorar numa ambição de transformação estrutural, que acelere a ação climática e a transição digital, que reforce a nossa autonomia, reposicionando-nos nas cadeias de valor globais, que responda à dinâmica demográfica e que reduza as desigualdades.

II. O duplo desafio

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores Deputados,

Neste momento, o país enfrenta um **duplo desafio**:

- por um lado, temos de prosseguir o esforço incessante de controlo da pandemia e preparar-nos para enfrentar o risco de uma nova vaga no período do outono-inverno;
- por outro lado, temos de dar continuidade à execução do Programa de Estabilização Económica e Social, do mesmo passo que preparamos o arranque do Programa de Recuperação Económica.

Na intervenção que fará no período de debate, a Ministra da Saúde desenvolverá o que há a fazer para recuperar a atividade assistencial, desenvolver as ações de prevenção da contaminação, robustecer a capacidade de testagem e preparar o SNS para responder a um período de provável coincidência do tradicional surto gripal com uma possível nova vaga da COVID-19.

Mas há pelo menos quatro outros domínios críticos, em que devemos dar provas de resiliência e procurar mitigar o impacto da pandemia.

O encerramento das escolas a 12 de março foi essencial para aplanar a curva epidémica. Mas, não obstante o extraordinário esforço de adaptação de professores, alunos, famílias, e o complemento televisivo do ensino à distância, foi muito evidente o elevado custo social que esta medida teve, nos processos de aprendizagem,

na exponenciação das desigualdades, e no condicionamento da vida dos pais. A conclusão é clara: nada substitui o ensino presencial e nada substitui a escola pública.

A partir de setembro, a escola voltará para todos, em regime presencial, mas com as devidas cautelas e regras de segurança, tendo de estar preparada para, em função das circunstâncias sanitárias, evoluir para um regime misto ou mesmo não-presencial.

Respondendo a uma necessidade já antes identificada, mas que a pandemia colocou em evidência, o Programa de Estabilização contempla um montante de 400 milhões de euros para a digitalização das escolas. Para além disso, o próximo ano letivo contará com um reforço de 125 milhões de euros para a contratação de professores, pessoal não docente e técnicos

especializados, como assistentes sociais, psicólogos ou mediadores.

Será, assim, possível levar a cabo um conjunto de atividades de recuperação e consolidação de aprendizagens, apoiando em especial os alunos com maiores dificuldades, através de aulas de apoio, tutorias e outras formas de acompanhamento.

Por outro lado, é essencial reforçar os acordos de cooperação com o setor social, em especial no apoio aos idosos e às pessoas com deficiência.

Este ano já reforçámos em 59 milhões de euros as transferências para IPSS, Mutualidades, Misericórdias e Cooperativas. Mas em breve faremos um reforço adicional, de mais 12 milhões de euros, dirigido especificamente a 4 respostas sociais fundamentais: lares de idosos, lares residenciais, residências autónomas e apoio domiciliário.

Através do programa Adaptar Social +, vamos também apoiar estas instituições a adquirir equipamentos de proteção e higienização. E vamos ainda lançar o programa PARES 3.0, para financiar a requalificação e construção de novos equipamentos sociais de apoio à infância, aos idosos e às pessoas com deficiência, num investimento total de 110 milhões de euros.

Noutro campo, a pandemia veio tornar ainda mais evidente a insustentabilidade social das carências habitacionais e do grau de precarização e informalidade de muitas relações laborais.

Seja no âmbito da cultura, em que de uma vez por todas temos de aprovar um estatuto de intermitência, que garanta uma justa estabilidade e proteção. Seja no âmbito das chamadas “plataformas colaborativas”, em que, sob a capa de uma atividade independente ou de

empresariado em nome individual, se escondem situações de grande dependência e fragilidade.

O combate a esta pandemia social é não só uma exigência de dignidade do trabalho, mas, a par com a aceleração da nova geração de políticas de habitação, uma verdadeira urgência de saúde pública.

Por fim, a dinamização da atividade económica e o combate ao desemprego exigem a aceleração do investimento público.

Por um lado, o investimento nas infraestruturas já programadas – em áreas-chave como a ferrovia, os metros, os novos hospitais, ou a expansão do regadio – vai aumentar cerca de 50% no conjunto de 2020 e 2021. Por outro lado, estamos a lançar de imediato um vasto conjunto de pequenas obras de proximidade, disseminadas pelo território, de rápida execução e maior impacto nas economias locais. Seja na reparação

de estradas, na remoção de amianto nas escolas, na conservação e reabilitação de equipamentos públicos, na rede hidrográfica, na abertura de aceiros florestais.

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores Deputados,

Sempre disse que esta seria uma maratona, uma corrida de fundo.

A exigência que nos está colocada não é apenas de inverter uma queda conjuntural do PIB, mas de assumir esta ocasião de exceção como uma oportunidade de mudança estrutural.

Ou seja, o esforço de reconstrução tem de ter simultaneamente efeitos económicos e sociais

imediatos e de estar ancorado numa ambição de futuro: acelerar o combate às alterações climáticas; concretizar a transição digital; reforçar a autonomia estratégica da nossa economia; aproveitar melhor os nossos recursos; ultrapassar as nossas múltiplas assimetrias; e combater as desigualdades.

São muitos desafios, em várias frentes, e que se desdobram em múltiplos instrumentos de horizontes diversos. Anuais, como os Orçamentos do Estado. De curto prazo, como o Programa de Recuperação e Resiliência. De médio prazo, como o Portugal 2030.

É indispensável, por isso, que haja um fio condutor, um chapéu comum, que assegure continuidade e coerência nestes diversos instrumentos, que devem prosseguir uma visão estratégica uniforme.

Foi por isso que convidei o Prof. António Costa Silva a elaborar uma Visão Estratégica para a Recuperação

Económica, documento que foi apresentado publicamente esta semana e se encontra em discussão pública.

É um documento informado, que nos fornece um quadro de referência para os esforços de relançamento da economia nacional, identificando muito claramente quais as apostas estratégicas que devemos prosseguir ao longo da próxima década.

Desde o imperativo da reindustrialização e reconversão industrial, para não ficarmos dependentes de cadeias logísticas e de abastecimento que, nesta pandemia, mostraram bem a sua vulnerabilidade; até à necessidade de investimento em infraestruturas físicas e digitais, que capitalizem a nossa posição no mundo e nos projetem para o futuro. Desde o aproveitamento dos nossos recursos marinhos; até à valorização do *hinterland* ibérico. Desde o aumento das qualificações

dos portugueses e da renovada aposta na ciência e inovação; até à descarbonização e circularidade da nossa economia.

Estas são apostas essenciais, para relançar o crescimento, para nos tornarmos mais competitivos e para, a partir desta crise pandémica, fazermos das fraquezas forças, corrigindo algumas das nossas vulnerabilidades e preparando-nos melhor para a economia e a sociedade do futuro.

Uma estratégia com rumo definido, ancorada numa visão clara quanto ao futuro, que nos permite saber o que queremos, quais os objetivos a atingir e como chegar lá.

Converter essa visão em ação é a missão do Governo nos próximos meses.

III. Confiança nas condições de sucesso

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores Deputados,

Ao contrário de outras ocasiões do passado, dispomos agora de condições únicas, que nos permitem estar confiantes e acreditar que é possível superar mais esta crise.

Em primeiro lugar, dispomos de contas públicas sãs. Quando o vírus nos atingiu, tínhamos alcançado pela primeira vez um excedente orçamental e vínhamos numa trajetória de redução sustentada da dívida pública, o que nos permitiu recuperar a credibilidade junto de investidores e aforradores, nacionais e

estrangeiros, e libertar recursos essenciais para reforçar os serviços públicos e o Estado Social.

Em segundo lugar, dispomos de um sistema de Segurança Social mais robusto e sustentável. Tínhamos conseguido reforçar a sustentabilidade do nosso sistema de pensões em mais 29 anos, face ao projetado em 2015, permitindo dotar o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social com um valor superior a 20.000 milhões de euros pela primeira vez na sua história. Este é um caminho que não queremos abandonar. Por isso, o esforço que a Segurança Social está a fazer neste momento será compensado por verbas do Orçamento de Estado, pois não abdicamos, mesmo num momento de crise, de termos uma Segurança Social forte e apta a garantir o futuro de todas as gerações.

Em terceiro lugar, dispomos de uma economia mais sólida, mais aberta ao exterior, mais competitiva e com trabalhadores cada vez mais qualificados. Retomámos a trajetória de convergência com a União Europeia porque apostámos na ciência e na inovação como motores do crescimento sustentado, um facto reconhecido em junho deste ano em mais uma edição do Scoreboard europeu da Inovação que nos classifica, pela primeira vez, como um país “fortemente inovador”.

Em quarto lugar, Portugal já tem aprovados e operacionais um vasto conjunto de instrumentos de Planeamento e de Estratégias de Execução que oferecem o quadro necessário à fase de programação que desenvolveremos nos próximos meses.

É assim do Plano Nacional de Reformas à Estratégia de Inovação Tecnológica e Empresarial, do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território ao

Programa Nacional de Investimentos, do Roteiro para a Neutralidade Carbónica ao Plano Nacional de Energia e Clima, do INCoDe.2030 ao Portugal Digital, do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais ao Programa Nacional de Regadios, entre vários outros.

Em quinto lugar, por fim, o acordo que foi possível alcançar esta semana no Conselho Europeu garante-nos um envelope financeiro sem precedentes. Sem contar com linhas de crédito, nem com o acesso aos programas de gestão centralizada, como nos domínios da ciência ou dos corredores internacionais, importa assinalar que entre a conclusão da execução do PT 2020, o Programa de Recuperação e Resiliência e o PT 2030, Portugal disporá – no seu envelope nacional – de um montante total de transferências de 57,9 mil milhões de euros para executar em diversos períodos, até final de 2029.

A resposta agora alcançada confirma o acerto da nossa estratégia e desmente, tanto aqueles que diziam que da Europa nunca viria uma resposta adequada à crise, como aqueles que diziam que pertencer à Europa era aceitar acriticamente as soluções austeritárias.

É uma enorme responsabilidade para as administrações públicas, para os agentes económicos, para o conjunto da sociedade. Uma enorme responsabilidade de bem planear, programar, projetar, executar, fiscalizar. Uma enorme responsabilidade para com os nossos parceiros europeus, para com os portugueses. E, sobretudo, uma enorme responsabilidade para com as novas gerações a quem temos o dever de devolver a confiança no futuro de Portugal.

IV. As condições políticas

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores Deputados,

Estas são 5 pré-condições essenciais ao sucesso do desafio da reconstrução, que estão asseguradas. Mas importa garantir também as necessárias condições políticas.

Para que o país sinta este esforço como coletivo, propomos que seja enquadrado por uma visão estratégica amplamente participada. Porque sabemos que os grandes investimentos em infraestruturas exigem um compromisso estável para várias Legislaturas, fizemos questão que o Programa Nacional de Investimentos fosse aprovado nesta Assembleia por

uma maioria superior a 2/3. Porque não queremos o monopólio da execução, promovemos a democratização das CCDRs para que os seus dirigentes passem a ser maioritariamente eleitos pela região e não nomeados pelo Governo.

E, como tive oportunidade de reafirmar ainda recentemente, que ninguém espere do Governo qualquer contributo para uma crise política que ponha em causa a estabilidade desta Legislatura.

Pelo contrário, temos, mais do que disponibilidade, vontade política de a reforçar com a saudável previsibilidade, coerência e continuidade das políticas que respondem não só às necessidades imediatas dos portugueses, mas também ao imperativo de transformação estrutural do país.

A resposta a esta crise não passa pela austeridade ou por qualquer retrocesso nos progressos alcançados nos últimos 5 anos.

A posição do Governo a este respeito sempre foi clara. É com os partidos que connosco viraram a página da austeridade que queremos prosseguir o caminho iniciado em 2015. E, para esse efeito, necessitamos de um quadro de estabilidade “no horizonte da legislatura”. Se já assim era, então por maioria de razão o será no momento em que precisamos de recuperar o país de uma crise pandémica sem precedentes. A magnitude da tarefa que temos em mãos não se compadece com acordos de curto prazo, nem com táticas de vistas curtas, baseadas em despiques de popularidade, competições de descolagem ou exercícios de calculismo eleitoral.

Precisamos de uma base de entendimento sólida e duradoura. Se foi possível antes, certamente há-de ser possível agora. Se foi útil antes, revela-se indispensável agora, ante o desafio de vencer uma crise pandémica com aquela que nos assola. E, em bom rigor, são várias as “posições conjuntas” que nos aproximam: o desígnio de reforçar a capacidade produtiva e a valorização dos nossos recursos; a prioridade ao fortalecimento dos serviços públicos e o reforço do investimento público; o combate às precariedades na habitação e no trabalho; a luta contra as desigualdades.

Estes são objetivos que partilhamos e em torno dos quais é possível estruturar um roteiro de ação a médio/longo prazo, sem prejuízo, como sempre, das conhecidas diferenças que definem a identidade de cada um, ou das visões distintas sobre a Europa e a

importância da estabilidade do quadro
macroeconómico, com que temos sabido conviver.

V. Final

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores Deputados,

Como inevitavelmente acontece nos momentos de maior dificuldade, há sempre quem se pergunte: Vai ser possível vencer a crise? Como o vamos conseguir? Já ouvi isto em 2015, 2016, 2017...

Bem sei que o mês de fevereiro parece que foi há uma eternidade e que o mundo se transformou radicalmente desde então. Mas se fizermos um esforço

de memória e recordarmos a situação em que então nos encontrávamos, podemos confirmar que a mudança a que nos propusemos foi possível. Tínhamos alcançámos um excedente orçamental, pela primeira vez em democracia. Tínhamos voltámos a convergir com a União Europeia, já desde 2017. Tínhamos registado 350.000 novos postos de trabalho, desde o início da anterior legislatura. E tínhamos conseguimos retirar 550.000 pessoas da situação de pobreza ou exclusão social, desde 2015.

Sim, foi possível vencer a anterior crise. Muitos duvidaram, mas com as políticas certas e o empenho de todos os portugueses, conseguimos. E conseguiremos novamente.

Os esforços dos últimos anos permitem-nos encarar este novo desafio com a confiança de quem sabe dar a volta às adversidades. Tal como então, sabemos que a

resposta não é austeridade. E os recursos únicos de que agora dispomos vão permitir-nos tornar o país não só mais resiliente, mas mais competitivo, mais moderno e mais próspero.

Por isso, com determinação e confiança, vamos superar esta crise. Vamos combater o vírus. Vamos proteger os mais vulneráveis. Vamos recuperar a economia. Vamos preparar o futuro. Vamos, em conjunto, construir um Portugal melhor.